

O TCC NAS CIÊNCIAS HUMANAS: A QUESTÃO DO MÉTODO PARA O DIREITO

Thiago Hernandes de Souza LIMA²⁰

RESUMO: Ao se falar em um nome tão “complicado” como metodologia, num primeiro instante surgem inúmeras dúvidas e inquietações como: O que é isso? Para que serve? Onde vou usá-lo? Enfim, é diante dessas e outras questões que estarei trabalhando de maneira simples, porém objetiva, temas que visam facilitar a vida dos graduandos em Direito e, por que não, os graduandos de cursos de ciências humanas, uma vez que neste artigo a abordagem central é a questão do método e do TCC nas ciências humanas em geral, além da apresentação dos métodos e técnicas de investigação acadêmica mais indicados aos estudos jurídicos.

PALAVRAS-CHAVE: Método, Metodologia, Monografia, Pesquisa, Direito.

Apresentação Inicial

Ao ingressar em um curso superior, o futuro bacharel em Direito automaticamente se vê “obrigado” a apresentar, após os cinco anos de curso, um texto, um trabalho acadêmico denominado monografia. Várias são as dúvidas e os anseios desse futuro bacharel e pesquisador sobre o que trabalhar, onde desenvolver sua pesquisa, como escrever, dentre outras questões que permeiam os seus pensamentos.

Paralelamente, “brota” nesse aluno um sentimento de alívio, pois a tensão pré-vestibular e pré-aprovação já passaram. E agora? Como dizem os jovens, agora é hora de “festar”, conhecer novas pessoas, aproveitar o curso, vislumbrando um novo futuro. Essa é uma das fases mais gostosas da vida de um jovem, até mesmo de um adulto, pois ao ingressar em um curso de nível superior, esse indivíduo, querendo ou não, acabará por adentrar em um seleto grupo: o grupo de brasileiros que cursam o terceiro grau.

Entretanto, passada toda a euforia inicial, o aluno começa a lidar com temas, assuntos, autores, livros e outros que não eram familiares a ele até então. Dentre essas novidades, pode-se destacar a pesquisa com suas bases teórico-metodológicas, funções e importâncias.

Ao se abrirem as portas do “novo mundo”, um leve temor pode assombrá-lo e algumas inquietações surgem levando-o a indagar: Ai, “meu Deus!”. O que estou fazendo aqui? Será

²⁰ Licenciado em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente (SP) — Mestrando pela UEM — Universidade Estadual de Maringá (PR) — Professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa na Faculdade Eduvale de Avaré.

que escolhi o curso certo? O que é e o que significa esse monte de informações novas que me rodeiam e que insistem em me “perseguir?”. Dentre outras, destacam-se essas como ‘frases célebres’ que saem da boca dos alunos, principalmente dos recém- ingressantes.

É justamente nesse período “crítico” da vida acadêmica do aluno que o papel do professor é fundamental. Fundamental não somente quando se trata de assuntos vinculados à sala de aula, ao conteúdo programático, mas também no relacionamento extra-classe que se estabelece e faz surgir a confiabilidade necessária para a produção do conhecimento acadêmico, uma vez que o conhecimento deva ser entendido como uma via de mão-dupla, em que mestre e aluno integram e se completam, estabelecendo muito mais um processo educacional de ensino do que informacional, rico em ações interdisciplinares e multidisciplinares.

Neste aspecto, destaca Finger (1997), as escolas, seu corpo de gestores e demais profissionais têm planejado as ações acadêmicas muito mais para o interesse do professor, em detrimento das necessidades e interesses dos alunos. Para Finger, os alunos que estão chegando à escola trazem consigo uma bagagem rica em informações oportunizada pelos meios de comunicação cada vez mais ágeis e acessíveis, cabendo aos professores

“...o desafio de incorporarem essas experiências no dia-a-dia da educação formalizada...” (FINGER:1997).

Neste contexto, é proposto às instituições que reflitam sobre sua missão e filosofia de maneira encontrar sua íntima identidade e, a partir daí, conciliar seus objetivos e ações por intermédio de esforços entre aqueles que a compõem.

Temos, portanto, que a elaboração de uma futura pesquisa só se consolidará quando o aluno apresentar-se maduro e seguro, tendo na figura de seu orientador o referencial para suas práticas reflexivas.

1. O que é pesquisa e por que se faz?

Define-se pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar resposta aos problemas ou, então, quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa é desenvolvida mediante a utilização dos conhecimentos existentes e disponíveis e a utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve várias fases, desde a adequada formulação do problema até a apresentação dos resultados.

Muitas são as razões que levam à execução de uma pesquisa. Podemos classificar essas razões em dois grandes grupos: as de ordem intelectual e as de ordem prática. As primeiras decorrem

do desejo de conhecer pela própria satisfação do conhecer ou por necessidade de crescimento acadêmico, quando da realização de monografias de TCC, de dissertações ou teses.

As segundas decorrem do desejo de conhecer com vista a fazer algum trabalho de maneira mais eficiente ou eficaz.

“É muito comum nomear as pesquisas decorrentes dos grandes grupos como “puras” e “aplicadas”. Mas, lembrando Gil (1996), essa postura é inadequada, pois a ciência objetiva tanto o conhecimento em si mesmo quanto as contribuições práticas decorrentes desse conhecimento.

Dessa forma, podemos caracterizar a pesquisa científica como atividade intelectual, intencional, que visa responder as necessidades humanas. Pode se dizer que a constante sensação de insatisfação é a grande mola propulsora da atividade humana, pois, ao se perceber incompleto, o homem sente que precisa fazer algo consigo mesmo.

A possibilidade de novas descobertas, o sabor da aventura que deslumbra, impulsiona o pesquisador ao desvendar de novos cenários que o enriquecerão na sua trajetória como sujeito que age e sofre as influências do seu meio. Os denominados TCC oportunizam aos alunos a rica experiência com essa modalidade de conhecimento científico-acadêmico favorecendo a germinação de futuros pesquisadores.

1.1. Níveis e tipos de pesquisas acadêmicas

Pode-se, portanto, localizar a atividade de pesquisa em duas frentes fundamentais, que se caracterizam em dois níveis: a pesquisa acadêmica e a pesquisa de ponta.

1.1.1. A pesquisa acadêmica

Pode-se dizer, sem mais preocupações, que as pesquisas classificadas como “pesquisas acadêmicas” são, antes de tudo, uma atividade pedagógica que visa ‘despertar” o espírito de busca intelectual autônoma. A pesquisa acadêmica, conforme Santos (2002), é um exercício de preparação, cujo resultado mais importante não é a oferta de uma resposta salvadora para a humanidade, mas a aquisição do espírito e método para a área de indagação internacional.

1.1.2. A pesquisa de “ponta”

Atribui-se o título de pesquisa de “ponta” aos estudos que lidam com problematização, solução e a resposta às necessidades que ainda perduram, seja por simplesmente não respondidas seja porque não foram satisfatoriamente trabalhadas.

Assim, a pesquisa de ponta caracteriza-se como a atividade típica do indivíduo que, tendo domínio das respostas comuns já incorporadas à rotina de uma ciência ou profissão, parte em busca do novo, do ignorado, com intenção e método. Conforme Santos (2002), a pesquisa de ponta é tentativa de negação/superação científica e existencial à oferta de um dado novo para a humanidade.

1.2. Tipos de Pesquisa Científica

Os pesquisadores são freqüentemente solicitados a caracterizar seus trabalhos, especialmente por ocasião da leitura por terceiros de qualquer etapa dos resultados. Três critérios podem ser utilizados para identificar a natureza metodológica dos trabalhos de pesquisa (SANTOS, 2002). Pode-se caracterizar as pesquisas segundo objetivos, segundo as fontes utilizadas na coleta na fonte de dados ou, ainda, segundo os procedimentos de coleta.

1.2.1. Caracterização das pesquisas, segundo os objetivos

O objetivo maior de qualquer pesquisa, ou movimento intelectual, é sempre atingir a ponta, isto é, chegar ao estágio da oferta de resposta a uma necessidade humana. Porém, para que esse estágio seja atingido é necessário que alguns passos intermediários em relação aos fatos e fenômenos sejam seguidos. Dessa forma, dependendo do grau de aproximação e do nível conceitual do pesquisador em relação ao fenômeno estudado, as pesquisas podem ser caracterizadas como exploratórias, descritivas ou explicativas.

As pesquisas exploratórias têm como principal característica a exploração, aproximação de um tema e visa a maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno (SANTOS, 2002).

Por sua vez, as pesquisas descritivas se caracterizam como o ato de levantar as características conhecidas, componentes do fato/ fenômeno/processo, e são feitas geralmente por meio de levantamento ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/processo escolhido.

Enquanto a pesquisa explicativa analisa, cria-se uma nova teoria aceitável a respeito de um fato/fenômeno/processo. As pesquisas explicativas são aquelas que se preocupam com o porquê dos fatos e fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais exige e envolve o pesquisador em um nível também mais elevado de responsabilidade com os resultados, uma vez que ela visa aprofundar o conhecimento.

1.2.2. Caracterização das pesquisas, segundo os procedimentos de coleta de dados.

Podemos entender que os procedimentos de coleta são os métodos práticos utilizados para juntar as informações necessárias para a construção dos raciocínios em torno de um fato/fenômeno/processo. Na verdade, a coleta de dados de cada pesquisa terá peculiaridades adequadas àquilo que se quer descobrir. Porém, alguns procedimentos-padrão, são comumente utilizados, aos quais se fazem adaptações de espaço/tempo/materiais necessários às exigências de cada caso.

Assim sendo, as formas mais comuns de coletar informações são a pesquisa experimental, a ex-posto-facto, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa ação, a documental e a bibliográfica.

2. Métodos científicos.

“Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. Dessas afirmações, podemos concluir que a utilização de métodos cientí(f)icos não é da essência exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos cientí(f)icos” (MARCONI & LAKATOS, 2003:88)

Assim, o método é método, é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objeto-conhecimento válido e verdadeiro, tratando o caminho a ser seguido, detectando erros e avaliando as discussões dos cientistas.

A preocupação em descobrir e, portanto, explicar a natureza, segundo Marconi & Lakatos (2003), vem desde os primórdios da humanidade, forças da natureza, a cuja mercê viviam os homens e a morte.

2.1. O Método no Direito.

Pode-se dizer, então, que o método é um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a ser vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim. Por técnica, pode-se entender como o método de fazer de forma mais hábil, mais segura, mais perfeita, algum tipo de atividade, arte ou ofício.

A questão do método ou da metodologia, em Direito, está relacionada com o caminho que deve ser percorrido para se chegar ao resultado pretendido, conforme ensina Miguel Reale (1980).

Miguel Reale (1980), ao tratar do problema do método em Direito, salienta que

“todo conhecimento científico ou filosófico, pressupõe uma ordenação intencional da inteligência e da vontade capaz de permitir ao investigado alcançar um resultado dotado pelo menos de relativa certeza”.

A essa atividade ordenada, dirigida para o resultado de conhecimento relativamente certo, corresponde o método jurídico. Para o jurista Reale, o conhecimento científico do Direito é obtido da conjugação do método indutivo, dedutivo e analógico.

No método indutivo, o processo de raciocínio desenvolve a partir de fatos particulares, até atingir uma conclusão de ordem geral, valendo-se da observação, da experimentação e da comparação dos fatos ou elementos. O raciocínio, portanto, parte de idéias particulares para noções gerais.

Já o método dedutivo, por sua vez, realiza-se por meio do desenvolvimento de um raciocínio lógico, que tem por ponto de partida uma idéia geral, uma verdade estabelecida, da qual decorrerão proposições particulares. O raciocínio, neste caso, parte de uma idéia geral para conclusões particulares. Enquanto que o processo analógico representa um raciocínio baseado em razões de relevante similitude.

Segundo Bento (2004), a existência de outros métodos também merece destaque, uma vez que é desdobramento dos métodos já citados.

- >Método lógico: desenvolvimento de raciocínio relacionado entre si;
- Método de Direito Comparado: pesquisas legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais de outros países;
- Método sistemático: envolve em sistema de idéias relacionadas, sistemas de referências, teoria, hipóteses, fontes de informação, todos relacionados;
- Método histórico: observação da evolução histórica sobre o tema;
- Método analítico (análise): compreende a decomposição do todo em suas partes.

Para Jacob Perez Escobar (apud Olga Maria Boschi Aguiar de OLIVEIRA), o mais destacado método de investigação própria da ciência jurídica é o da interpretação, por meio do qual o pesquisador procurará estabelecer o alcance do conteúdo da norma estudada. Interpretar uma norma significa compreender o seu sentido, o seu objetivo, a sua razão de existir.

Conforme Oliveira (apud BENTO:2004), o método de interpretação é dividido pela doutrina em:

- a) exegético: é o método que visa compreender o verdadeiro sentido e alcance da norma jurídica, a real intenção do legislador;
- b) sistemático: o sentido da lei deve ser desvendado em razão de um sistema, como parte de um conjunto de regras coordenadas, relacionadas;
- c) fenômenos culturais estabelecidos no tempo e no espaço, especialmente em virtude da evolução popular..

3. Do Projeto à Monografia: partes e fases.

Os projetos de pesquisa precisam ser comunicados, logo é necessário que os pesquisadores se preocupem também com a sua apresentação formal. Segundo Gil (1996), o projeto de pesquisa só pode ser definitivamente elaborado quando se tem os objetivos bem determinados, assim, como o plano de coleta de dados e a previsão dos recursos necessários para a sua viabilização.

Como as pesquisas diferem bastante entre si, não se pode, naturalmente, ter um modelo fixo para a redação do relatório, entretanto, é possível definir um esquema capaz de abranger a maioria do tópicos que habitualmente aparecem nos projetos de pesquisa. Este esquema inclui

as partes: apresentação, objetivos, justificativa, sistema conceitual, teorias de base, metodologia, suprimentos e equipamentos, custos do projeto, cronograma, anexos e referências.

A escolha do tema é fato de máxima importância, pois dela apreende o bom êxito do trabalho a ser desenvolvido. Bons temas podem surgir de leituras realizadas muitas vezes de outras pesquisas ou de artigos de revistas ou jornais, de experiência profissional e/ou pessoal.

Muitas vezes, vale a pena fazer uma pesquisa exploratória, isto é, verificar se há possibilidade de elaborar um bom trabalho sobre determinado tema.

O tema preferencialmente deve corresponder ao gosto, às aptidões ou à vocação ou ao interesse de quem vai abordá-lo. Quanto ao assunto, não deve ser fácil demais nem muito complexo, isto é, deve ser adequado à capacidade intelectual do aluno.

É deveras importante que o assunto seja relevante, que seu estudo apresente alguma utilidade, alguma importância de ordem prática ou teórica.

A redação de um trabalho não precisa, necessariamente, começar pela introdução. Um plano de redação bem detalhado toma possível redigir o trabalho por partes, para depois orientá-lo convenientemente. Não é recomendável que a primeira redação seja dada como definitiva: é indispensável a redação prévia das outras redações globais do trabalho.

Desse modo, podemos encarar a Monografia como um texto essencialmente avaliativo, em que o objeto é um tema, originário de um problema bem delimitado em extensão, de forma a permitir o aprofundamento do estudo.

Fundamenta-se na originação e na interpretação analítica e avaliativa de dados, conforme objetivos preestabelecidos.

O corpo de uma Monografia constitui-se de um conjunto de partes geralmente nomeadas como capítulos organicamente ligados, porque se encontram planejados e preordenados na fase do projeto como objetivos específicos. Assim, exige-se uma Monografia para a obtenção do título de especialista ou de bacharel.

LIMA, Thiago Hernandes de Souza.

THE TCC IN THE HUMAN SCIENCES: THE PROBLEM OF THE METHOD IN THE LAW COURSE

ABSTRACT: Talk about a name so “complicated” as methodology, in a first moment countless doubts and inquietudes appear as: what is that? So that it serves? Where will I use it? Finally, it is before those and other subjects that I will be working in a simple way, however it aims at themes that seek to facilitate the life of the graduates in Right and why not the graduates of courses of human sciences, once in that article, the central approach is the subject of the method and of TCC in the humanities in general, besides the presentation of the methods and techniques of academic investigation more suitable to the juridical studies.

KEYWORDS: Method, Methodology, Monograph, Researches, Right,

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M.M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1999.

BENTO, F. Manual para elaboração de projeto de pesquisa e de monografia jurídica. Marília: s.e., 2004.

ECO U. Como se faz uma tese em ciências humanas. Rio de Janeiro: Presença, 1998.

FINGER, Almeri P. Gestão de Universidades: novas abordagens. Curitiba: Champagnat, 1997.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, C. dos S. Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa. São Paulo: LTR, 2000

OLIVEIRA, O. M. B. A. de. Monografia jurídica: orientações metodológicas para trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Síntese, 1999.

REALE, M. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 1980.

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.